

LEITURA, ESCRITA E ALFABETIZAÇÃO: A PLURALIDADE DAS PRÁTICAS

Ilsa do Carmo Vieira Goulart¹
Maria das Dores Soares Maziero²
Silvia Aparecida Santos de Carvalho³

Introdução

Tomando como referência a centralidade das discussões sobre o trabalho docente e as práticas escolares, este texto assume por objetivo apresentar diferentes textos produzidos por pesquisadores de campos ligados à leitura, escrita e alfabetização, a partir de uma reflexão temática que tecerá uma rede de diálogos em que se procura destacar ideias constituídas a partir de perspectivas teóricas que orientam uma reflexão sobre o cotidiano das práticas escolares relacionadas às questões da escrita e da leitura, considerando a pluralidade e a complexidade destes campos.

Desde a criação e instalação das escolas graduadas no final do século XIX e primeiras décadas do XX buscando atender aos anseios de formação de cidadãos dentro do ideário iluminista defendido pelos republicanos, discussões a respeito de métodos e práticas que melhor preparem as crianças para o domínio da leitura e da escrita vêm sendo levantadas, conforme já demonstrado por diversos estudos acadêmicos. Contemporaneamente, à preocupação com as questões ligadas à escrita, à leitura e ao próprio processo de alfabetização, somam-se outras referentes à formação literária do leitor, à formação dos professores alfabetizadores e, também, à formação mais ampla e geral dos leitores, processo que agora sabemos não se restringir apenas ao âmbito das ações da escola.

Assim, os textos que compõem esta discussão se voltam para a reflexão sobre alguns dos fatores que permeiam as práticas escolares no campo da leitura e da escrita, reunidos da obra de Goulart, Maziero e Carvalho (2017), buscando analisar as implicações sociais, culturais e político-pedagógicas que afetam a escola e todos que a ela estão ligados, uma vez que as práticas não são neutras, mas sofrem a influência destes e de outros fatores.

Práticas cotidianas

Ao trazermos para a discussão a questão da pluralidade das práticas, sinalizamos também uma reflexão sobre o fazer docente, longe de uma discussão centrada no como fazer, direcionada pela aplicabilidade de um determinado conteúdo, mas voltada para os atos que envolvem o fazer docente, como a reflexão e ação.

Mas, se os homens são seres do que fazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que fazer é práxis, todo fazer do que fazer tem que ser uma teoria que necessariamente o ilumine. O que fazer é teoria e prática. É reflexão e ação. (FREIRE, 1987, 121)

¹ Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Lavras.

² Doutora em Educação. Professora do curso de Pedagogia da Faculdade de Paulínia e pesquisadora do ALLE/AULA - FE/Unicamp.

³ Doutora em Educação. Coordenadora de Projetos de Educação para a Cidadania da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo.

Mas qual a finalidade de discorreremos sobre as práticas? Por que construir uma teoria das práticas cotidianas? Em resposta a tal questão, temos Certeau (1985, p. 5), que ao falar sobre sua teoria das práticas cotidianas em uma conferência intitulada “Teoria e método no estudo das práticas cotidianas”, afirma que a proximidade das práticas pode ser vista como uma maneira de se “por em prática” um determinado tempo e lugar, num rito, numa representação, em outras palavras, trata-se da busca em compreender quais usos as pessoas fazem daquilo que lhes é imposto.

[...] chamamos de caça furtiva, ou seja, aquela atividade do caçador em floresta alheia. Ele caça a lebre ou os pássaros ilicitamente, isto é, em um lugar do qual não é o dono. Penso que a maioria das práticas do cotidiano são práticas de furtividade. Isto quer dizer que em um espaço que não nos pertence – a rua, o edifício, o lugar de trabalho – agimos sorrateiramente, tentamos tirar vantagem, por meio de práticas muito sutis, muito disfarçadas, de um lugar do qual não somos proprietários. (CERTEAU, 1985, p. 5)

Para Certeau (1985, 2007), a teoria de se estudar as práticas cotidianas se mostra como uma furtividade, como ações que buscam em lugares alheios algo que as constitua, que possa ser considerado próprio. Segundo Certeau (1985), há um caráter de triplo aspecto nas práticas cotidianas: seu caráter estético, caráter ético e caráter polêmico. O caráter estético diz respeito aos modos diversos e singulares de se usar um determinado objeto, coisa, linguagem, lugar. Esse modo de uso é caracterizado por uma expressividade que está relacionada ao estilo, o que levanta outro questionamento: o que é estilo? Para Certeau (1985) estilo é basicamente a maneira de se utilizar, de manejar, de produzir a partir de uma ordem linguística que nos é imposta.

O caráter ético caracteriza-se pela recusa a ser identificado à ordem imposta, é uma ação de abrir um espaço, que não é constituído sobre a realidade existente, mas sim sobre uma vontade de inventar, de criar algo. Junto à prática transformadora que lhe é imposta, há sempre “uma vontade histórica de existir” (CERTEAU, 1985, p. 8).

O terceiro aspecto, o caráter polêmico, está marcado por uma relação de forças; as práticas cotidianas se inserem como intervenções nas quais o mais fraco utiliza-se de forças existentes, como maneira de se defender do mais forte.

A partir dessas considerações, pode-se pensar no espaço de uma sala de aula como um lugar alheio, um local que não é do professor, que é um espaço público, e que o que ocorre ali são ações concretas marcadas pela criação, a partir do que lhe é imposto – restrições de uso por compartilhar do mesmo local com outra turma diferente, a dimensão do espaço interno da sala, o local permitido para fixar materiais – uma produção escrita que irá compor visualmente o ambiente.

Articulando as ideias a respeito das discussões sobre as práticas

Nesta direção, estes artigos podem ser agrupados pela temática que abordam em quatro conjuntos: os que se voltam para o processo de alfabetização; os que abordam a formação de professores; os que tratam da leitura do texto literário, e outro que aborda a leitura para além das práticas escolares.

No primeiro grupo, temos cinco artigos que vão explorar o tema das práticas na alfabetização. No primeiro deles, Juliano Guerra Rocha e Meiriene Cavalcante Barbosa escrevem sobre “O processo de alfabetização na perspectiva inclusiva: recursos e estratégias na escola para todos”, em que propõem uma provocação instigante a respeito da questão da alfabetização no contexto da escola para todos, a fim de suscitar novas práticas e novas investigações, a partir da discussão de que a escola deve ser um lugar onde caibam todos os

sujeitos, evitando que a alfabetização seja vista apenas como uma etapa em que se dá ênfase aos aspectos estruturais da língua, e não como um processo social e cultural mais amplo, que se desenvolve em uma dimensão também política.

No segundo artigo do grupo, “Práticas de escrita na alfabetização”, Mariana Bortolazzo expõe resultados iniciais de sua pesquisa de Doutorado, nesse caso específico o levantamento de práticas de escrita propostas e realizadas pela professora de uma turma de alfabetização – com base na análise de materiais didáticos coletados e materiais de aluno, em contraponto com os diálogos travados com a professora.

O terceiro artigo, “Práticas de aquisição da escrita na representação gráfica de vogais nasais”, de Raquel Márcia F. Martins e Marciano R. Ribeiro, é um estudo que trata de práticas de aquisição da escrita que interferem na alfabetização, focalizando fenômenos de fala, em específico a representação gráfica de vogais nasais, através da análise da produção escrita de alunos com idades entre 6 e 8 anos de idade, cursando os 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental de uma escola pública da cidade de Bom Sucesso, Minas Gerais (MG).

Silvia Aparecida Santos de Carvalho, aborda no quarto artigo, em “Práticas de ensino de leitura e escrita e a política educacional implementada na gestão da Prefeitura de São Paulo - 1989-1992”, as práticas de ensino de leitura e escrita implementadas pelas políticas educacionais do município de São Paulo, a partir da apresentação e análise de movimentos significativos de disputa pela hegemonia no campo das práticas de ensino de leitura e escrita desenvolvidos nos dois primeiros anos do governo de Luiza Erundina de Souza como prefeita da cidade de São Paulo, período em que Paulo Reglus Neves Freire, o Prof. Paulo Freire, foi o Secretário Municipal de Educação.

Ainda no campo da Alfabetização, mas desta feita com o olhar voltado para os professores, Ana Lúcia Guedes-Pinto escreve sobre “Práticas de leitura: papel na formação continuada e seus impactos na alfabetização”, em que aborda aspectos da formação continuada de professores alfabetizadores, a partir de sua experiência à frente do PNAIC da UNICAMP no estado de São Paulo, entre os anos de 2013 e 2014.

Outro conjunto de três artigos discute sobre a prática da leitura literária em espaços escolares. O primeiro deles, “O que nos ensinam alunos e professores sobre práticas de leitura em bibliotecas escolares?”, de Cláudia de Oliveira Daibello e Cláudia Beatriz de C. N. Ometto, socializa reflexões a respeito dos enunciados e práticas dos professores em relação aos livros de literatura infantil, a fim de compreender como estes repercutem no modo como as crianças entendem a leitura e se relacionam com o objeto livro. O estudo é parte de uma pesquisa mais ampla, realizada em uma escola da rede municipal de Santa Bárbara d’Oeste-SP.

Explorando ainda a temática da leitura de literatura, Ilsa do Carmo Vieira Goulart e Dalva de Souza Lobo, em “O leitor e a leitura literária: do projeto à fruição”, tomam por base os cursos de formação docente em práticas de leitura literária desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos em Linguagens, Leitura e Escrita (NELLE/UFLA), direcionados à análise dos projetos de leitura literária desenvolvidos na rede municipal de ensino de uma cidade do Sul de Minas, propondo uma reflexão sobre as ações ou preocupações docentes que movem a elaboração dos projetos de leitura, especialmente durante o processo de alfabetização.

Fechando os trabalhos deste grupo temático, temos o artigo de Andréa Dalcin, “Práticas de leitura da literatura infantil”, no qual são expostos os resultados iniciais de pesquisa realizada com cinco professoras do ensino fundamental (1º ao 5º ano), em duas escolas localizadas no município de Cajamar/SP, em busca das práticas de leitura da literatura infantil desenvolvidas nestes espaços.

No artigo que encerra a obra, Norma Sandra de Almeida Ferreira, Lilian Lopes M. da Silva e Maria das Dores S. Maziero escrevem sobre práticas de leitura na escola e na vida

cotidiana, em “A centralidade da cultura para o estudo das práticas de leitura: episódios que inspiram um pensar”, defendendo a participação da cultura no ensino da leitura, buscando aproximações, associações, comparações e articulações entre práticas de leitura e de escrita experienciadas culturalmente, para pensar que essas práticas podem adquirir diferentes significados, dependendo do contexto sociocultural em que são realizadas e de cada situação singular que as põe em circulação.

Conclusão

Neste texto, o olhar sobre algumas produções que discutem as práticas cotidianas convida-nos à reflexão crítica e à dialogicidade do fazer docente, num mergulho entre os meandros do contexto das práticas de leitura e escrita, o que exige definição, segundo Freire (1996)⁴, posicionamento, decisão, rupturas, escolhas, autonomia e autenticidade – como aliás exige o próprio exercício da docência e da cidadania.

Referências

CERTEAU, Michel de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANY, Maria Irene (Org.). *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano* (anais do encontro) São Paulo: FAU/USP, 1985.

_____. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987. p. 121.

GOULART, Ilsa do Carmo Vieira; MAZIERO, Das Dores Soares; CARVALHO, Silvia Aparecida Santos de. *Leitura, escrita e alfabetização: a pluralidade das práticas*. Campinas: Leitura Crítica, 2017.

⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.